



PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 191 - JUNHO DE 2025

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	5

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	6
Decretos.....	7

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	9
Pareceres.....	12

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Márcio Luiz Fogaça Vicari
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
André Emiliano Uba



LEI Nº 19.294**2 DE MAIO DE 2025**

Acrescenta o art. 256-B à Lei nº 14.675, de 2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, para estabelecer a vedação da destinação final de resíduos sólidos ou rejeitos em rodovias, ruas, praças, parques e demais logradouros públicos do Território catarinense. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.295**2 DE MAIO DE 2025**

Altera o art. 1º da Lei nº 13.622, de 2005, que “Normatiza a participação de atletas, representantes de municípios, nas competições intermunicipais promovidas pelo Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina, através da Fundação Catarinense de Desporto- FESPORTE”, com o fim de vedar a participação de atletas registrados por entidades de administração desportiva nacional ou internacional não estabelecidas no Estado de Santa Catarina na modalidade de vôlei de praia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.296**8 DE MAIO DE 2025**

Altera a Lei nº 16.583, de 2015, que “Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina”, para extinguir a obrigatoriedade de apresentação de Certidão de Regularidade Técnica para o licenciamento de estabelecimentos que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.297**8 DE MAIO DE 2025**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d’Oeste para JCI- Joaçaba, Herval d’Oeste e Luzerna. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.298**8 DE MAIO DE 2025**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina para Associação dos Militares Estaduais de Santa Catarina (AME/SC). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.299**8 DE MAIO DE 2025**

Declara de utilidade pública o Grupo Escoiteiro Dom Pedro I – 25/SC, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.300**8 DE MAIO DE 2025**

Revoga a Lei nº 16.707, de 2015, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.301**8 DE MAIO DE 2025**

Revoga a Lei nº 13.339, de 2005, que autoriza a doação de imóveis no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.302**8 DE MAIO DE 2025**

Declara de utilidade pública a Associação Júpiter de Inclusão Social (AJIS), de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.303**8 DE MAIO DE 2025**

Concede o Título de Cidadão Catarinense a Julio Cesar da Silva Oliveira, in memoriam. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.304**16 DE MAIO DE 2025**

Altera o art. 2º-B da Lei nº 13.516, de 2005, que “Dispõe sobre a exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado, por empresas concessionárias de serviço público, por empresas privadas ou por particulares, e estabelece outras providências”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.305**21 DE MAIO DE 2025**

Concede o título de Cidadão Catarinense a Alfredo Lang. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.306**28 DE MAIO DE 2025**

Declara de utilidade pública a Associação Reviva Floripa, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que

“Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.307**28 DE MAIO DE 2025**

Declara de utilidade pública a Associação Autismo Indaial, de Indaial, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.308**28 DE MAIO DE 2025**

Institui o Dia Estadual do Contador do Setor Público e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado” para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.309**28 DE MAIO DE 2025**

Dispõe sobre o funcionamento das entidades e/ou das empresas destinadas à prática e ao treinamento de tiro desportivo, instaladas no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.310**28 DE MAIO DE 2025**

Altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, que “Institui o Programa de Habitação Popular- NOVA CASA, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”, para permitir investimentos em infraestrutura com recursos oriundos de emendas parlamentares. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.311**28 DE MAIO DE 2025**

Declara de utilidade pública a Associação Saragaço da Comunidade Tradicional do Município de Bombinhas e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.312

28 DE MAIO DE 2025

Declara de utilidade pública a ABRATEX- Associação Brasileira de Telecomunicações e Inovações, de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.313

28 DE MAIO DE 2025

Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 323, de 2006, que estabelece Estrutura de Carreira, reestrutura o sistema de remuneração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde, altera o art. 1º da Lei nº 15.984, de 2013, que institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 957

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 958

8 DE MAIO DE 2025

Institui o Programa Proteção Levada a Sério. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 959

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 960

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 961

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 962

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 963

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 964

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 965

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 966

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 967

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 968

8 DE MAIO DE 2025

Institui a Indenização Uniforme devida aos servidores da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 969

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 970

8 DE MAIO DE 2025

Revoga dispositivo do RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 971

8 DE MAIO DE 2025

Introduz a Alteração 4.898 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 972

8 DE MAIO DE 2025

Introduz as Alterações 4.882 a 4.885 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 973

8 DE MAIO DE 2025

Introduz a Alteração 4.895 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 974

8 DE MAIO DE 2025

Introduz a Alteração 4.896 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 975

8 DE MAIO DE 2025

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Laguna. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 976

8 DE MAIO DE 2025

Qualifica o Hospital Beneficente São José de Herculândia, com sede no Município de Herculândia, Estado de São Paulo, como organização social para atuar na área da Saúde, nos termos da Lei nº 12.929, de 2004. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 977

8 DE MAIO DE 2025

Regulamenta o processo administrativo necessário ao cumprimento da Lei nº 17.787, de 2019, que institui medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a determinados órgãos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 978

8 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 824, de 2025, que declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis atingidos pelo acréscimo da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. ([Inteiro teor](#))

([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 979

8 DE MAIO DE 2025

Revoga dispositivos do Decreto nº 426, de 2023, que institui o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 980

8 DE MAIO DE 2025

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 982

9 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 985

13 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 1.731, de 2022, que aprova o Regulamento da Estrutura Organizacional Básica da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 986

13 DE MAIO DE 2025

Qualifica a Beneficência Hospitalar de Cesário Lange (BHCL), com sede no Município de Cesário Lange, Estado de São Paulo, como Organização Social para atuar na área da Saúde, nos termos da Lei nº 12.929, de 2004. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 987

13 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 509, de 15 de março de 2024, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 988

15 DE MAIO DE 2025

Regulamenta a lei estadual nº 19.136, de 19 de dezembro de 2024, que institui a Política Estadual de Fornecimento Gratuito de Medicamentos à base de Cannabis e produtos de Cannabis para fins medicinais e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 989**16 DE MAIO DE 2025**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 990**19 DE MAIO DE 2025**

Institui o Programa PET LEVADO A SÉRIO (PLAS) no âmbito da Política Estadual de Controle Populacional de Animais Domésticos, nos termos da Lei nº 18.177, de 2021. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 991**19 DE MAIO DE 2025**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 992**20 DE MAIO DE 2025**

Aprova o Regimento Interno do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 993**20 DE MAIO DE 2025**

Altera o Decreto nº 583, de 2011, que regulamenta a Lei nº 15.570, de 23 de setembro de 2011, que institui o Programa Juro Zero, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no Estado. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 995**22 DE MAIO DE 2025**

Introduz a Alteração 4.903 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 996**22 DE MAIO DE 2025**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 997**28 DE MAIO DE 2025**

Autoriza o Poder Executivo a alienar, por meio de venda, imóveis nos Municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis, Joinville,

Laguna e Mafra. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 998**28 DE MAIO DE 2025**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 999**29 DE MAIO DE 2025**

Altera o Decreto nº 850, de 1996, que concede Gratificação Complementar de Remuneração Paritária aos ocupantes dos cargos de Professor e Pedagogo integrantes do Quadro de Pessoal da Fundação Catarinense de Educação Especial. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.132**30 DE ABRIL DE 2025**

Altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual), e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para prorrogar benefícios fiscais nelas previstos, a Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), e a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Lei Aldir Blanc 2); e revoga a Medida Provisória nº 1.280, de 23 de dezembro de 2024. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.133**6 DE MAIO DE 2025**

Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.134**6 DE MAIO DE 2025**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública e garantir aos seus membros e aos oficiais de justiça medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles e os membros da Advocacia Pública, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.135**21 DE MAIO DE 2025**

Inscreve o nome do Marechal Casimiro Montenegro Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.136**21 DE MAIO DE 2025**

Institui o Dia Nacional do Brega. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.137**21 DE MAIO DE 2025**

Reconhece o Carnaval de Pernambuco como manifestação da cultura nacional. ([Inteiro teor](#))

[teiro teor](#)**LEI Nº 15.138****21 DE MAIO DE 2025**

Institui a Política Nacional de Assistência, Conscientização e Orientação sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais - Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.139**23 DE MAIO DE 2025**

Institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.140**28 DE MAIO DE 2025**

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.449
5 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à Fundação João Paulo II, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.450
5 DE MAIO DE 2025

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda. para a Rede de Comunicação Cidade Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.451
6 DE MAIO DE 2025

Regulamenta o art. 49, § 1º, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para dispor sobre as exceções à proibição de importação de resíduos sólidos. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.452
13 DE MAIO DE 2025

Declara luto oficial pelo falecimento de José Alberto Mujica Cordano, Pepe Mujica, ex-Presidente da República Oriental do Uruguai. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.453
14 DE MAIO DE 2025

Promulga o Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar, firmado em Brasília, em 20 de janeiro de 2010. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.454
14 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a Junta de Execução Orçamentária. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.455
15 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 12.428, de 3 de abril de 2025, que regulamenta o art. 35, § 2º, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o art. 3º da Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024, para dispor sobre o compartilhamento de dados pelos órgãos públicos federais e pelas prestadoras de serviços públicos. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.456
19 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.457
19 DE MAIO DE 2025

Remaneja, em caráter temporário, cargo em comissão para a Assessoria Especial do Presidente da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.458
21 DE MAIO DE 2025

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.459
21 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à Rádio Curimã Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.460
21 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Curitiba, Estado do Paraná. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.461
21 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.462
21 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à TV União de Minas Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Araxá, Estado de Minas Gerais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.463
21 DE MAIO DE 2025

Autoriza a Universidade Federal do Rio de Janeiro a alienar os imóveis que menciona, localizados no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.464
21 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a prestação de serviços postais e de telegrama no território nacional e para o exterior. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.465
21 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a Medalha Corpo de Saúde do Exército e altera o Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956, que regula o uso das condecorações nos uniformes militares. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.466
22 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.467
23 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, e o Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.468
23 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.469
23 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, e remaneja e transforma

cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.470
27 DE MAIO DE 2025

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação dos prazos para atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse celebrados no período de 1º de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, e altera o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.471
28 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, e remaneja e transforma cargas em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.472
28 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Santarém, Estado do Pará. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.473
28 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à Rádio Ribamar Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de São Luís, Estado do Maranhão. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.474
28 DE MAIO DE 2025

Renova a concessão outorgada à Rádio Televisão de Uberlândia Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.475
28 DE MAIO DE 2025

Extingue a concessão outorgada à Fundação Cultural e Educativa Manoel Afonso

Cancellia, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Ituiubata, Estado de Minas Gerais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.476
30 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 12.317, de 18 de dezembro de 2024, que cria a Casa de Governo no Estado do Rio Grande do Sul, aprova o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão, para prorrogar seu funcionamento. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.477
30 DE MAIO DE 2025

Altera o Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025. [\(Inteiro teor\)](#)

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 50/2025

29.04.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso do art. 7º da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e pelo art. 110-B do decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018, e de acordo com o que consta no processo pGE 212/2025:

RESOLVE:

art. 1º o artigo 3º da portaria GaB/pGE nº 159, de 28 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação: “art. 3º as procuradorias jurídicas da administração pública Estadual indireta poderão se valer das hipóteses de dispensa de interposição de recurso, de abstenção de impugnação ao cumprimento de sentença e de embargos à execução, bem como de dispensa de solicitação de elaboração de cálculo regulamentadas em portarias da pGE. parágrafo único. a dispensa de elaboração de cálculo não abrange processos em que se discute a implantação de valor de remuneração, em prospecção de despesa à frente” (nr) art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 46/2025

02.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 106, § 1º, inciso ii, da lei Complementar n. 741/2019, bem como o disposto no art. 4º, inciso iv, do decreto Estadual n. 1.860/2022, e ainda o disposto no item 19.19 do Edital de Concurso público nº 002/2022-pGE,

RESOLVE:

art. 1º Fica prorrogado, por 2 (dois) anos, o prazo de validade do concurso de que trata o Edital nº 002/2022 - Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no quadro de servidores da procuradoria-Geral do Estado de santa Catarina, com resultado homologado por intermédio da portaria GaB/pGE nº 61/2023, de 02.05.23, publicada no diário oficial do Estado nº 22.011, de 04.05.2023. art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 3 de maio de 2025.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 51/2025

05.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no

uso da competência conferida pelo inciso i do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e no caput do art. 24 do regimento interno da procuradoria-Geral do Estado, instituído pelo decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

art. 1º dispensar JosE HaMilTon rUJanosKi, matrícula nº 319.681-0-01, do exercício da Função de chefia, nível Fc-1, de procurador-chefe da procuradoria regional de lages. art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de abril de 2025.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 52/2025

08.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais e, com fundamento no art. 7º, § 1º, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 c/c art. 116, caput, da lei complementar nº 741, de 12 de junho de 2019,

RESOLVE:

art. 1º delegar ao ocupante do cargo de diretor de administração e Finanças, como ordenador primário, competência para autorizar o deslocamento e conceder diárias a servidor e procurador do Estado vinculado à procuradoria-Geral do Estado (pGE), movimentar conta bancária, assinar ordens de pagamento, relatórios de viagem, termos de compromissos de estágio de graduação e de residência, empenhos, estornos, anexos que compõem os balancetes mensais e o balanço geral da procuradoria-Geral do Estado (pGE) e do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de reaparelhamento (FUNJURÉ).

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

art. 3º Fica revogada a portaria GaB/pGE nº 70/2024, de 17 de setembro de 2024.

(rEpUBLICada por incorrEÇÃO)

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA CONJUNTA PGE/SEF Nº 1/2025

06.05.2025

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 7º, inciso i, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005; art. 106, § 2º, inciso i, da lei complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 23 da lei complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010 e, ainda, o que consta

dos autos sEF 3008/2025,

RESOLVEM:

art. 1º DESIGNAR João Marcos Farias da cunha, matrícula nº 0365386-2-02, ocupante do cargo de assistente Jurídico, lotado na procuradoria-Geral do Estado, para atuar, na condição de colaborador, na secretaria de Estado da Fazenda, no período de 13.03.2025 a 31.12.2025.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

CLEVERSON SIEWERT

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA GAB/PGE Nº 53/2025

08.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, incisos ii e iii da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º cessar a designação da procuradora do Estado LíGia JanKE, matrícula n. 061.6839-6-01, para atuar no Grupo de Trabalho instituído pela portaria GaB/pGE nº 45, de 22 de maio de 2024.

art. 2º Designar o procurador do Estado JÚlio FIGUEiró MElo, matrícula n. 740.866-8-01, para atuar no Grupo de Trabalho instituído pela portaria GaB/pGE nº 45, de 22 de maio de 2024.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 54/2025

08.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso ii do art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022, e de acordo com o que consta dos autos pGE 2236/2025,

RESOLVE:

art. 1º Designar Maria crisTina MaY BErKEEnBroCk BITTEncUrT, matrícula nº 281.638-5-02, secretário do processo administrativo, nível FG-2 para responder cumulativamente, pela função gratificada de secretário de cálculos e perícias, nível FG-2, em substituição à titular, carolina FErrEira HaiDE pachEco, matrícula nº 950.837-6-01, durante o usufruto de férias, no período de 12/05/2025 a 21/05/2025.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 55/2025

08.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das competências conferidas pelo inciso i do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, considerando o acordo de cooperação Técnica sEF/sEa/sE-plan/cGE/pGE nº 2024Tn001283, cujo extrato foi publicado no Diário oficial do Estado (DoE) de 25 de outubro de 2024,

RESOLVE:

art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem o Grupo de Trabalho para a Execução do projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de santa catarina - profisco ii, referente ao comPonEnTE 2. aDMinisTraÇãO TriBUTÁria E conTEncioso Fiscal:

1. produto: revisão do Modelo de Gestão de Dívida ativa líder do produto: ricarDo DE araUJo GaMa, matrícula nº 292504-4-01; suplente: Marcos DaniEl Da cUnHa, matrícula nº 953449-0-04.

1.1 subprodutos:

1.1.1 plano de recuperação do estoque da dívida ativa; classificação do estoque; saneamento do estoque.

líder do subproduto: ricarDo DE araUJo GaMa, matrícula nº 292504-4-01;

Membros de Equipe:

- a) FErnanDa DonaDEl Da silVa, matrícula nº 616826-4-01;
- b) VEroniK cEcília saMpaio, matrícula nº 950188-6-01;
- c) DionE anDrEia FollMann, matrícula nº 958211-8-01;
- d) Marcos DaniEl Da cUnHa, matrícula nº 953449-0-04.

1.1.2 Melhoria do sistema atual, ferramentas de inteligência artificial e estrutura tecnológica; Mecanismo de Busca de Decisões Jurídicas.

líder do subproduto: anDrÉ EMiliano UBa, matrícula nº 357639-6-03;

Membros de Equipe:

- a) EZEQUIEl pirEs, matrícula nº 292448-0-01;
- b) IUIZ DaGoBErTo corrÊa BriÃO, matrícula nº 284274-2-01;
- c) GUSaVo schMITZ canTo, matrícula nº 962860-6-01;
- d) Fillipi spEcialsKi GUErra, matrícula nº 953078-9-01;
- e) ricarDo DE araUJo GaMa, matrícula nº 292504-4-01;
- f) HElEna schHUEITer BorGUEsan, matrícula nº 616827-2-01;
- g) ElEnisE MaGnUs HEnDIEr, matrícula nº 319684-4-01;
- h) aUro saTUrno MaDUrEira, matrícula nº

257234-6-01.

i) Marcos DaniEl Da cUnHa, matrícula nº 953449-0-04

1.1.3 sistema de parcelamento.

líder do subproduto: ricarDo DE araUJo GaMa, matrícula nº 292504-4-01;

Membros de Equipe:

- a) FErnanDa DonaDEl Da silVa, matrícula nº 616826-4-01;
- b) VEroniK cEcília saMpaio, matrícula nº 950188-6-01;
- c) DionE anDrEia FollMann, matrícula nº 958211-8-01;
- d) Marcos DaniEl Da cUnHa, matrícula nº 953449-0-04.

1.1.4 Dashboards de Gestão.

líder do subproduto: Marcos DaniEl Da cUnHa, matrícula nº 953449-0-04.

Membros de Equipe:

- a) MarcElo anTonio MaTos, matrícula nº 251194-0-01; e
- b) THiaGo iVair caMpos, matrícula nº 732179-1-01.

1.1.5 capacitação.

líder do produto: FaBiana GUarDini noGUEira, matrícula nº 378611-0-01;

Membros de Equipe:

- a) claUDia rEGina casTEllano losso, matrícula nº 191907-5-01;
- b) Marcos DaniEl Da cUnHa, matrícula nº 953449-0-04.

art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Equipe Técnica e administrativa de apoio ao produto e subprodutos especificados no art. 1º.

- a) aDrIano Dias DE liMa, matrícula nº 319428-0-01;
- b) MarcElo anTonio MaTos, matrícula nº 251194-0-01;
- c) ValErio DE soUZa MicHEls, matrícula nº 167751-9-01;
- d) BErnarDo MosiMann EsTrElla, matrícula nº 951643-3-03;
- e) JoÃO IUcas MarQUEs, matrícula nº 988841-1-03;
- f) KarEn rEGina inacio noronHa, matrícula nº 950332-3-01;
- g) KarinE FronEr, matrícula nº 388779-0-01;
- h) rEnan MorEsco piraTH, matrícula nº 950876-7-01.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

art. 4º Fica revogada a portaria GaB/pGE nº 97/2024, de 3 de dezembro de 2024.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 57/2025

09.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no

exercício de suas atribuições legais e, com fundamento nos incisos i e ii do art. 7º, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e no art. 3º da portaria GaB/pGE nº 19/2025, de 5 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

art. 1º Designar os procuradores do Estado e servidores abaixo relacionados para integrarem o núcleo Estratégico Tecnológico (nET) de que trata a portaria GaB/pGE nº 19/2025, de 5 de fevereiro de 2025:

EZEQUIEl pirEs, procurador-Geral adjunto para assuntos administrativos, matrícula nº 0292448-0-01, na função de presidente; IUIZ DaGoBErTo corrÊa BriÃO, corregedor-Geral, matrícula nº 284274-2-01;

FaBiana GUarDini noGUEira, procuradora-chefe do centro de Estudos, matrícula nº 378.611-0-1;

BrUno MacEDo Dias, procurador do Estado, matrícula nº 0950302-1-01;

Francisco JosÉ GUarDini noGUEira, procurador do Estado, matrícula nº 0357558-6-03;

BErnarDo MosiMann EsTrElla, assistente pessoal do procurador-Geral adjunto para assuntos administrativos, matrícula nº 9516433-3-03;

FElipE ansElMO rEis, assessor de comunicação, matrícula nº 0616508-7-02;

MarcElo anTÔNio MaTos; Gerente de Tecnologia da informação, matrícula nº 251194-0-01;

Marcos DaniEl Da cUnHa; coordenador do Escritório de processos, projetos e Estratégia, matrícula nº 953449-0-04 WEnDY Elisa lopEZ DiaZ aBrEU, Encarregada de Dados, matrícula nº 0956728-3-02.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 58/2025

13.05.2025

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso i do art. 7º da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo inciso iii do art. 4º do decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022;

RESOLVE:

art. 1º Fazer cessar a designação de adriano dias dE liMa, matrícula nº 389.048-1-01, ocupante do cargo de assistente Jurídico, para atuar, na condição de colaborador, na secretaria de Estado da administração.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06.05.2025.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

PORTARIAS**Procurador-Geral do Estado****PORTARIA GAB/PGE Nº 59/2025****14.05.2025**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 4º, inc. V, alínea d, item 10 do decreto nº 1.860, de 2022 e, considerando o disposto no art. 80, inciso iii da lei nº 6.745, de 1985 c/c decreto nº 770, de 1987, na portaria GaB/pGE nº 36/2024, publicada no doE em 05.06.2024 e, de acordo com o que consta dos autos pGE 2114/2025,

RESOLVE:

art. 1º RENOVAR, por 1 (um) ano, a concessão de licença Especial em favor da servidora Vera Lúcia da Silva, matrícula nº 961.907.0-01, ocupante do cargo de assistente Jurídico, lotada na pGE, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI**Procurador-Geral do Estado****PORTARIA GAB/PGE Nº 60/2025****19.05.2025**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso i do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo inciso iii do art. 4º do decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022;

RESOLVE:

art. 1º Fazer cessar a designação de Crislaine da Luz, matrícula nº 388.897.5-01, ocupante do cargo de assistente Jurídico, para atuar, na condição de colaborador, na secretaria de Estado da administração.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI**Procurador-Geral do Estado****PORTARIA GAB/PGE Nº 62/2025****26.05.2025**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da portaria nº 40/2025, publicada no doE de 04/04/2025 e, conforme consta dos autos pGE 2527/2025,

RESOLVE:

art. 1º Fica revogada a portaria GaB/pGE nº 27/2025, de 27/02/2025, que autorizou Fabiano de Lima Meneses a conduzir veículo oficial pertencente à frota da procuradoria-Geral do Estado.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data

de sua publicação, com efeitos a contar de 12.05.2025.

EZEQUIEL PIRES**Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos****PORTARIA GAB/PGE Nº 63/2025****26.05.2025**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da portaria nº 40/2025, publicada no doE de 04/04/2025 e, conforme consta dos autos pGE 2529/2025,

RESOLVE:

art. 1º Fica revogada a portaria GaB/pGE nº 38/2024, de 30/04/2024, que autorizou Cristiano Fernandes Martinetz, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da procuradoria-Geral do Estado.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10.01.2025.

EZEQUIEL PIRES**Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos****PORTARIA GAB/PGE Nº 64/2025****28.05.2025**

institui a comissão Editorial da edição de 2025 da revista da procuradoria-Geral do Estado.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, incisos i e ii da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º designar os procuradores do Estado Fabiana Guardini Nogueira, matrícula nº 378611-0-01, João Paulo de Souza Carneiro, matrícula nº 365.919-4-01, Felipe Wildi Varella, matrícula nº 385.832-4, e as servidoras Claudia Regina Castellano Losso, matrícula nº 191907-5-01 e Maíke Cristine Kretschmar Ricci, matrícula nº 191.177-5-02, para, sob a coordenação da primeira e sem prejuízo das atribuições funcionais regulares, integrar a comissão Editorial da edição de 2025 da revista da procuradoria-Geral do Estado.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI**Procurador-Geral do Estado**

PARECERES

MANIFESTAÇÃO

Referência: SCC 5322/2025

Assunto: Diligência – Projeto de Lei

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

RELATÓRIO

A Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil solicitou, através do Ofício n. 419/SCC-DIAL-GEMAT, a manifestação desta Procuradoria sobre o pedido de diligência a respeito do Projeto de Lei n. 174/2024, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre a regulamentação de nomeação e posse, em cargo de provimento efetivo de candidato aprovado em concurso público, condenado em processo criminal por prática de crime de violência doméstica e dá outras providências”.

PARECER N° 151/2025-PGE

Referência: SCC 13888/2024

Assunto: Diligência – Projeto de Lei

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Diligência. Projeto de Lei n. 347/2024, de iniciativa parlamentar, que “Veda a nomeação ou a contratação de pessoas físicas ou jurídicas pela produção ou divulgação de notícias falsas e pela prática de outros crimes”. Potencial inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. Potencial inconstitucionalidade formal orgânica.

Competência privativa da União para legislar sobre direito penal e normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Potencial inconstitucionalidade material. Princípio da presunção de inocência.

PARECER N° 153/2025-PGE

Referência: SAP 50627/2024

Assunto: Minuta de Decreto de alteração do Decreto n. 1731/2022 para a inclusão da Penitenciária de São Bento do Sul

Origem: SAP/SR08 – Superintendência Regional do Planalto Norte

Interessado: Secretaria de Estado da Justiça e Reintegração Social (SEJURI)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Minuta de decreto que “Altera o Decreto n. 1731, de 2022, que aprova o Regulamento da Estrutura Organizacional Básica da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”.

Implementação de estrutura administrativa. Poder Regulamentar. Art 84, IV, da CRFB. Art. 71, III, da Constituição do Estado de Santa Catarina. Decreto que estabelece o necessário suporte fático para a aplicabilidade da norma legal preexistente. Funções de confiança e respectiva retribuição financeira previstas no art. 47, caput, da LC n. 774/2021. Não violação do princípio da reserva legal. Efeitos financeiros indiretos. Viabilidade jurídica da alteração proposta pela minuta do decreto regulamentar.

MANIFESTAÇÃO

Referência: SCC 15806/2023

Assunto: Regime simplificado de convênios – alteração de cláusula da minuta anexa ao Parecer Referencial n. 08/2024.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessado: Município de Doutor Pedrinho.

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Trata-se de solicitação de manifestação jurídica feita pela Assessoria de Convênios (ACONV) da SIE, em razão do Ofício GP no 076/2025, elaborado pelo Município de Doutor Pedrinho, que questiona a aplicabilidade do inciso V do item 6.1 da Cláusula Sexta da minuta de Termo de Convênio Simplificado anexa ao Parecer Referencial no 08/2024 (Parecer no 439/2024 – Processo SCC 14477/2024). A municipalidade requer, em síntese, esclarecimentos em relação à incidência da vedação de realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio, quando houver a conversão da modalidade de Transferência Especial Voluntária (TEV), prevista na Lei Estadual n. 018.676/2023, em Convênio Simplificado.

PARECER N° 77/2025-PGE

Referência: SED 191334/2024

Assunto: Afastamento remunerado para cursar pós-graduação e posse em novo cargo.

Origem: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED)

Interessada: Carolina Cieslinski

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Administrativo. Consulta Jurídica. Servidor Público. Afastamento remunerado para cursar mestrado. Aprovação em concurso. Posse em novo cargo.

Pedido de exoneração. Cumprimento do Termo de Compromisso. Ratificação do Parecer n. 17/2025/PGE/NUAJ/SED/SC.

PARECER N° 84/2025-PGE

Referência: SEF 178/2025

Assunto: Contrato de financiamento me-

diantes abertura de crédito a ser celebrado entre o BNDES e o Estado de Santa Catarina.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Contrato de operação de crédito a ser celebrado entre o BNDES e o Estado de Santa Catarina. Financiamento de projetos de infraestrutura rodoviária.

“Programa Estrada Boa”. Necessidade de prévia e específica autorização legislativa (artigo 115, §1o, da CESC). Lei estadual n. 17.186/2017 autorizadora.

Regularidade da minuta contratual.

PARECER N° 93/2025-PGE

Referência: PGE 644/2025

Assunto: Análise de Minuta de Termo Aditivo – Supressão de Reajuste

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Interessado: Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Direito Administrativo. Licitações e contratos. Termo aditivo. Supressão de reajuste. Direito patrimonial disponível. Necessidade de anuência da empresa contratada. Preenchimento dos requisitos legais. Minuta que atende aos requisitos formais necessários à sua formalização. Possibilidade jurídica de aprovação.

PARECER N° 94/2025-PGE

Referência: SSP 3334/2024

Assunto: Análise de minuta de decreto para regulamentar a Lei no 18.987, de 16 de julho de 2024.

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

Autor: André Doumid Borges

Minuta de decreto, que “Regulamenta a Lei no 18.987, de 2024, que institui a cobrança de multa pelo porte e uso de entorpecentes em ambientes públicos, no âmbito do Estado de Santa Catarina.” Decreto regulamentar que, ao detalhar o processo administrativo de apuração das infrações, assegura o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme preconizado no art. 5o, LIV e LV, da Constituição Federal. Não extrapolação dos limites do poder regulamentar. Minuta compatível com a Lei no 18.987/2024.

PARECER N° 96/2025-PGE

Referência: SECOM 6616/2024

Assunto: Negativa de cobertura de seguro-garantia

Origem: Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM)

PARECERES

Autor: André Doumid Borges
 Contrato Administrativo. Seguro-garantia. Recusa de pagamento da indenização securitária. Ausência de fundamento legal. Circular no 622/2022 SUSEP.

Indenização devida. Sugestão de cientificação da seguradora da presente manifestação e posterior encaminhamento à Procuradoria do Contencioso da Procuradoria-Geral do Estado para ajuizamento de ação em face da seguradora.

PARECER N° 99/2025-PGE

Referência: SCC 2776/2025

Assunto: Diligência – Projeto de Lei

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Diligência. Projeto de Lei n. 245/2024, de iniciativa parlamentar, que “Assegura a continuidade no fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora habitada por pessoa idosa ou com doença crônica cujo tratamento requeira o uso continuado de equipamentos elétricos, no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. Potencial Inconstitucionalidade formal orgânica. Competência privativa da União para legislar sobre energia e definir as políticas que orientam a atuação das empresas prestadoras de serviços neste setor. Aprofundamento do debate sobre o conteúdo do projeto de lei.

PARECER N° 86/2025-PGE

Referência: PGE 366/2025

Assunto: Contratação de serviço de mão-de-obra emergencial para atender o prédio Sede da Procuradoria-Geral do Estado, que sofreu danos significativos no estacionamento localizado no subsolo, devido a inundação provocada por um grande volume de chuva, que caiu sob Florianópolis.

Origem: Gerência de Materiais e Serviços Gerais (GEMAT)

Interessado: Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Administrativo. Licitação e contratos. Contratação de serviço de mão-de-obra emergencial, para atender intercorrência no prédio Sede da PGE/SC, que sofreu danos significativos no estacionamento localizado no subsolo, devido à inundação provocada pela enxurrada, ocorrida no dia 16/1/2025, em Florianópolis. Autorização legal. Dispen-

sa de Licitação. Hipótese prevista no artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021. Viabilidade jurídica, com recomendações.

PARECER N° 35/2025-PGE/COJUR/SEF

Referência: SEF 1980/2025

Assunto: Convênio NATJUS

Origem: Diretoria do Tesouro Estadual (DITE)

Autor: Gustavo Stollmeier Matiola

Direito Administrativo. Minuta de Convênio. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e Poder Executivo do Estado de Santa Catarina. Transferências orçamentárias e financeiras para custeio das atividades do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus) junto ao Poder Judiciário de Santa Catarina. Ações relacionadas à saúde pública. Ausência de óbices jurídicos ao prosseguimento da minuta.

PARECER N° 79/2025-PGE

Referência: SCC 14646/2023

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 342/2023

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- ALESC

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 342/2023, de iniciativa parlamentar, que “Institui canal de atendimento via telefone preferencial para idosos no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre consumo (artigo 24, V, CRFB). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização de Canal de Atendimento ao Consumidor (SAC). 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER N° 97/2025-PGE

Referência: PGE 643/2025

Assunto: Análise de contratação direta por inexigibilidade de licitação

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Direito Administrativo. Licitações e contratos. Contratação direta. Participação de Procuradora do Estado no 6o Encontro Nacional de Procuradores da Saúde.

Aquisição de inscrição. Hipótese de inexigibilidade de licitação. Art. 74, III, “f”, da Lei n. 14.133/2021. Viabilidade jurídica da contra-

tação pretendida.

PARECER N° 101/2025-PGE

Referência: SEA 13113/2024

Assunto: Ofício no 248/2024/SEA/COJUR. Solicitação de análise, nos termos do art. 5o, da Lei Estadual no 18.302/2021, acerca de pedido efetuado por viúva de ex-governador falecido, sobre pagamentos retroativos decorrentes de reajuste não realizado na pensão concedida.

Origem: Secretaria de Estado da Administração (SEA)

Interessado: Daysi Werner Salles

Autor: André Doumid Borges

Direito Constitucional. Solicitação de pagamento retroativo. Pensão Especial de Ex-Governadores. Precedentes do Conselho Superior desta Casa nos processos SEA 9894/2024, SEA 9942/2024, SEA 9949/2024, SEA 9991/2024, SEA 10153/2024 e SEA 10375/2024. Sugestão de acolhimento do pedido de ajuste do valor da pensão tal como preceitua a norma aplicável ao caso, e via de consequência, o pagamento das diferenças remuneratórias pretéritas, observado o prazo prescricional. Legitimidade restrita ao quinhão hereditário. Sugestão de intimação dos demais herdeiros para integrar o pólo ativo do presente processo ou para renunciar o seus quinhões em favor da requerente.